

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.922 - RS (2019/0134967-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **OI S.A**
ADVOGADOS : **LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA E OUTRO(S) - RS074531A**
ALESSANDRA FAGUNDES ATIENSE E OUTRO(S) - RS070188
GISELA VIEIRA LORENZONI E OUTRO(S) - RS067350
AGRAVADO : **GILMAR FORMOLO**
ADVOGADO : **JOÃO LUIZ FUZINATTO - RS044961**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. – ATUAL DENOMINAÇÃO DE BRASIL TELECOM S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. LIBERAÇÃO DO VALOR INCONTROVERSO. POSSIBILIDADE.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão do juízo da 7ª Vara de Direito Empresarial, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI 0034576-58.2016.8.19.0000, permitindo a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença.

No caso concreto, não obstante o depósito dos valores tenha sido efetuado antes de 21/06/2016, o trânsito em julgado da decisão proferida no incidente de impugnação ocorreu em data posterior (16.05.2017). Nesses casos, a priori, mostra-se descabida a liberação de valores, salvo se houver montante não controvertido, em relação ao qual operou-se a preclusão. Assim, como na situação em exame há valores incontroversos, cabível, portanto, sua liberação.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. UNÂNIME" (fl. 218 e-STJ).

Os embargos declaratórios opostos foram desacolhidos (fls. 246/250 e-STJ).

No especial (fls. 257/266 e-STJ), a recorrente alega violação dos arts. 49 e 59 da Lei nº 11.101/2005 e art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. Aduz, em síntese, que

"(...) a Câmara foi omissa quanto à impossibilidade de levantamento de valores, ainda que incontroversos, em razão da determinação do juízo recuperacional, que não abre exceção para esse tipo de situação, motivo pelo qual, a recorrente opôs embargos de declaração (...):

Superior Tribunal de Justiça

(...)

(...) da detida análise da decisão proferida nos autos da recuperação judicial, inexistente qualquer ressalva ao levantamento de valores cujo trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença se deu após 21.6.2016, tampouco exceção aos valores incontroversos.

(...)

(...) o v. acórdão recorrido ao entender que o crédito em questão não se sujeita à recuperação judicial, violou os arts. 49 e 59 da Lei nº 11.101/05, que estabelece que todos os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial, formulado pelo devedor – insista-se, ainda que não vencidos-, devem se submeter ao processo de recuperação judicial, sob pena de ofensa ao princípio da par conditio creditorum".

Sem contrarrazões (fl. 283 e-STJ).

O recurso foi inadmitido na origem (fls. 285/294 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, no tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao desacolher os embargos declaratórios, por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada. A propósito os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. (...)

1. Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp1.624.885/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 16/3/2017, DJe24/3/2017).

Superior Tribunal de Justiça

"RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - PRECLUSÃO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF - TRANSAÇÃO E PRESCRIÇÃO - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ - PRODUÇÃO DE PROVAS - CRITÉRIO DO MAGISTRADO - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA - OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE - RECURSO IMPROVIDO.

1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado.

(...)

6. Recurso improvido" (REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Terceira Turma, julgado em 15/2/2011, DJe 24/2/2011).

Quanto ao mais, importante considerar que o tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela possibilidade do prosseguimento do cumprimento de sentença.

Eis o excerto do voto condutor do acórdão recorrido e do acórdão embargado na parte que interessa:

"(...) analisando melhor as hipóteses de cabimento da liberação de valores, revejo meu entendimento para considerar possível também a liberação dos valores tidos como incontroversos, depositados antes de 21/06/2016, pois verifico que estes, na verdade, foram atingidos pela preclusão, não podendo mais ser discutidos.

No caso concreto, não obstante o depósito dos valores tenha sido efetuado antes de 21/06/2016, o trânsito em julgado da decisão proferida na impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu posteriormente a esta data (16/05/2017). Nesses casos, a priori, mostra-se descabida a liberação de valores, salvo se houver montante não controvertido, em relação ao qual operou-se a preclusão. Assim, como na situação em exame há valores incontroversos, cabível, portanto, sua liberação" (fl. 222 e-STJ).

"(...)

No caso dos autos, não há falar em omissão no acórdão embargado que autorizou a liberação dos valores incontroversos, porquanto ainda que aprovado o plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão do juízo da 7ª Vara de Direito Empresarial, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI 0034576-58.2016.8.19.0000, permitindo a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença" (fl. 248 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Rever tal entendimento demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Impõe-se ressaltar que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

